

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 0133798-8

1ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes

Apelante: BANCO ITAÚ S/A

Apelado: JAÍLSON ALVES DOS ANJOS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REVISIONAL. REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CUMULAÇÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, CORREÇÃO MONETÁRIA, JUROS E OUTRAS TAXAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às relações firmadas entre instituição financeira e cliente consumidor (Súmula nº 297/STJ).
2. Devem ser anuladas as cláusulas contratuais que possibilitam a cumulação de comissão de permanência com juros moratórios (Súmula nº 30/STJ) e preveem a cumulação da incidência de multa e despesas de cobrança em razão do inadimplemento com a comissão de permanência (Súmula nº 294 e 296/STJ).
3. Recurso não provido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da apelação cível nº 0133798-8, em que figura como apelante **BANCO ITAÚ S/A** e apelado **JAÍLSON ALVES DOS ANJOS**; ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** ao recurso de apelação, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgamento.

Recife, 10 de junho de 2014.



Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



257
PC

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 0133798-8 | 1ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes

Apelante: BANCO ITAÚ S/A

Apelado: JAÍLSON ALVES DOS ANJOS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por **BANCO ITAÚ S/A** em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes nos autos da Ação Ordinária de Revisão e Anulação de Cláusulas Contratuais, tombado sob o nº 0010367-70.1999.8.17.0810.

Da decisão recorrida: O juízo *a quo* (fls. 173/184) julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial para declarar a nulidade das disposições contratuais quer permitam a cobrança da comissão de permanência cumulada com juros moratórios, remuneratórios, correção monetária e multa (cláusulas 12, 12.2 e 12.5), determinando a incidência isolada da comissão de permanência a partir do inadimplemento e calculada pela taxa média dos juros de mercado, não ultrapassando a taxa do contrato.

Da apelação: A instituição financeira apelou (fls. 190/198) alegando, em síntese i) a inaplicabilidade do código de defesa do consumidor; ii) que o apelado visa obter privilégios para dificultar o recebimento do crédito; iii) a inexistência de cumulação da comissão de permanência com correção monetária e com outras taxas/juros; iv) a inexistência de previsão contratual e a ausência de prova da alegada cumulação; v) a legitimidade da cobrança de multa contratual fixada em 10% (dez por cento).

Devidamente intimado, o apelado apresentou contrarrazões às fls. 203/213, rebatendo os argumentos trazidos no recurso.

Dispensar a Revisão, nos termos do § 3º do Art. 551, CPC face ao valor atribuído à causa, inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

É o relatório. Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 3 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível n.º: 0133798-8	1ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes
Apelante: BANCO ITAÚ S/A	
Apelado: JAÍLSON ALVES DOS ANJOS	
Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho	

VOTO

O presente apelo apresenta-se em condições de um juízo de admissibilidade positivo, razão pela qual passo a analisá-lo.

Da análise dos autos observo que as partes celebraram contrato de mútuo bancário e as questões objeto da presente discussão dizem respeito à legitimidade da cobrança de certos encargos e à aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao presente caso.

- APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Elucido, inicialmente, a possibilidade de aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, não se deparando tal questão com qualquer reserva por ser matéria pacífica no Superior Tribunal de Justiça. Tal entendimento já está sumulado:

Súmula nº 297/STJ – O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

Acrescento também que a inteligência do art. 3º, §2º, do CDC¹ aponta expressamente que entre as atividades consideradas como serviço encontram-se as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária.

Nesse contexto, portanto, ao magistrado é confiada a possibilidade de verificar as cláusulas abusivas e proceder com a sua revisão, tornando relativo o princípio do *pacta sunt servanda*, em atenção aos arts. 51 do CDC e 170, V, da CF/88.

Vejamos o entendimento jurisprudencial mais recente:

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC)- AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA DO MINISTRO PRESIDENTE DO STJ QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. INSURGÊNCIA DA CASA BANCÁRIA. 1. Incidência dos óbices das súmulas 282 e 356 do STF ante a ausência de prequestionamento de dispositivos legais apontados no recurso especial. 2. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às relações jurídicas estabelecidas entre instituição financeira e mutuário (Súmula nº 297/STJ), sendo autorizada a revisão contratual a teor do enunciado 286/STJ. 3. Tribunal de origem que asseverou a não apresentação do contrato pela casa bancária. Entendimento desta Corte Superior no sentido de que os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado quando não há como apurar a taxa cobrada pela instituição financeira da contratada. Precedentes. 4. Impossibilidade de presumir a pactuação da capitalização mensal de juros ante a não apresentação do contrato pela casa bancária. 5. Agravo regimental não provido.”

(STJ - AgRg no AREsp: 340520 SP 2013/0143370-0, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 07/11/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/11/2013)

¹ Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

[...] § 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DO CDC. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE. 1. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. Incidência da Súmula n. 297/STJ. 2. É cabível a discussão, em sede de ação revisional, do contrato e de suas cláusulas a fim de serem afastadas eventuais ilegalidades. 3. Agravo regimental desprovido.”

(STJ - AgRg no AREsp: 371229 RS 2013/0215807-8, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 03/10/2013, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/10/2013)

- DA CUMULAÇÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, CORREÇÃO MONETÁRIA, JUROS E OUTRAS TAXAS

Diante da cobrança de comissão de permanência – em consonância com o entendimento já firmado pelo STJ – elucidado que o encargo em tela é admitido durante o período de inadimplemento contratual, à taxa média dos juros de mercado e limitada ao percentual fixado no contrato, sendo vedada a sua cumulação com a correção monetária, com os juros remuneratórios, com os juros moratórios e com a multa contratual.

Sobre a matéria, colaciono os seguintes entendimentos sumulados:

Súmula nº 30/STJ – A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis.

Súmula nº 294/STJ – Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato.

Súmula nº 296/STJ – Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado.

Seguindo o exame, observei no contrato pactuado às fls. 22/23, mais precisamente nas cláusulas 12, 12.2 e 12.5, a previsão nítida de cumulação de juros de 12% (doze por cento) ao ano com comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento, bem como a incidência de multa e despesas de cobrança pelo inadimplemento também não cumuláveis.

Vejamos:

Cláusula 12 – “Atraso de pagamento e multa – Se houver atraso no pagamento ou vencimento antecipado, pagarei juros de 12% (doze por cento) ao ano mais comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento, nunca inferior à maior taxa de encargos cobrada na vigência desse contrato”.

Cláusula 12.2 – “Pagarei também multa de 10% (dez por cento) e despesas de cobrança, inclusive custas e honorários advocatícios”.

Cláusulas 12.5 – “Se tiver que cobrar do Itaubanco qualquer quantia em atraso, o Itaubanco pagará despesas de cobrança, inclusive custas e honorários advocatícios e multa de 10% (dez por cento)”.

Ademais, ao se constatar a incidência de qualquer desses encargos após a caracterização da mora, eles devem ser afastados a fim de manter apenas a cobrança da comissão de permanência (AgRg no REsp 706.368 e REsp 899.662/RS).


Correta, portanto, a declaração de nulidade da cláusula 12 por prever a cumulação de comissão de permanência com juros moratórios e das cláusulas 12.2 e 12.5 pela previsão de incidência de multa e despesas de cobrança em razão do inadimplemento com a comissão de permanência.

Por tal razão, entendo que deve ser mantida em todos os seus termos a sentença proferida pelo juízo monocrático, considerando que o caso foi julgado de acordo com a legislação aplicável à espécie, assim como em harmonia com o entendimento jurisprudência e a documentação exibida no processo, devendo a mesma ser mantida por seus próprios fundamentos.

Face ao exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso, por se tratar de tese manifestamente incoerente do ponto de vista jurídico, mantendo inalterados os contornos e a fundamentação da decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.



Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator